

René E. Gertz

## *Carta de um historiador-colono*

PORTO ALEGRE, 3 DE SETEMBRO DE 2023.

PREZADA JUVENTUDE HISTORIADORA DO  
SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO XXI,

Aquele que vos escreve começou a se dedicar a estudos históricos no início do último quartel do século XX, portanto é alguém que se formou 50 anos antes de vocês. O objetivo é tecer algumas considerações sobre dificuldades, erros e acertos pessoais que, talvez, possam abrir horizontes e orientar caminhadas atuais, num contexto muito diferente daquele percorrido por mim, a partir de 1975. Os breves comentários que seguem se dividem em duas partes – numa primeira, mais extensa, trato de minha formação, de influências que sofri, e como penso que isto se refletiu em minha produção historiográfica; na segunda, bem breve, arrisco quatro considerações finais.

Começo falando de dois aspectos de minha vida estritamente pessoal, pois tenho certeza de que parte daquilo que fiz e deixei de fazer derivou não só de influências intelectuais no campo restrito da Ciência Histórica, mas também do contexto mais amplo em que nasci e me criei. Sei que minha consciência sobre este contexto é limitada, porém, vou destacar elementos que eu mesmo enxergo como resultado destas vivências. Os fatos que vou narrar, talvez, ajudem a compreender não tanto o historiador como tal, mas, sim, o cidadão que é historiador.

O primeiro ponto são minhas origens sociais como filho de pequenos agricultores, colonos, proprietários de 12,5 hectares de terra. A influência desta vivência está presente em meu modo de vestir, e na forma com que manejo garfo e faca. Com muito orgulho, dei a um livro de memórias o título *A trajetória de um professor-colono*. Ser e comportar-se como colono traz problemas para a vida na cidade. Conto, no livro, um episódio acontecido na universidade, quando, inadvertidamente, coloquei em polvorosa todo o meu Instituto, ao dizer a outro colega-colono que estava se armando uma “baita tempestade”. Os intelectuais urbanos não conseguiram imaginar que um intelectual-colono poderia estar perdendo seu tempo e sua energia com uma afirmação absolutamente banal, ingênua, só porque havia uma nuvem muito escura, no horizonte. Para eles, eu, obviamente, estava usando uma metáfora para chamar atenção para um iminente cataclisma político, social, cultural, intelectual ou acadêmico.

Ao contrário daquilo que pode sugerir a opinião de Karl Marx sobre “idiotia rural”, nunca lamentei a marca colona que carrego em minha biografia, apesar de que ela tenha me levado a cometer gafes, que eu mesmo acabei reconhecendo como tais – num discurso de paraninfo de uma turma de formandos em História, falei da importância do cerne de guajuvira e de angico para a construção de casas, galpões e poteiros. Só depois do alerta de minha mulher, me dei conta de que a juventude urbana para a qual estava falando não tinha a mínima ideia de que se tratava.

Justamente numa posição algo crítica em relação à ideia de “idiotia rural”, tenho consciência de que me criei num ambiente *relativamente* democrático, numa comunidade sem grandes diferenças sociais, como aconteceu em grande parte do Brasil rural. Não significa que não existissem pessoas mais ricas e mais pobres, que não houvesse conflitos, mas, no mínimo, as assimetrias não eram gritantes. E este clima igualitário, democrático era muito mais assumido como natural, *vivido*, que “pensado”, tematizado. Julgo estarem aí as origens de meu pouco interesse por “ideologias”, e minha preferência por “mentalidades”, por “condutas de vida”. Mais adiante, vou mostrar como isto se refletiu em alguns dos meus estudos.

A segunda vivência importante para minha trajetória intelectual foram os sete anos em que estudei num seminário luterano, já que pretendia ser pastor. O seminário se autodenominava “ginásio humanístico”, caracterizado por sólido ensino clássico, incluindo estudo de línguas – desde alemão e inglês até grego e latim –, mas também de boas aulas de matemática e de física. Seu corpo docente era bastante diversificado naquilo que tange a posicionamentos intelectuais, culturais, políticos, religiosos, de forma que também neste segundo momento de minha formação – fora do ambiente colono – vivenciei um clima relativamente democrático, e *pluralista*.

Mesmo que, obviamente, seja simplista responsabilizar um único escrito pela configuração de uma mente, para toda a vida, penso que a leitura de *O nascimento da tragédia a partir do espírito da música*, de Friedrich Nietzsche, desenhando um mundo que se movimenta entre o apolíneo e o dionisiaco, entre razão e paixão, foi *um* dos efeitos da passagem por essa escola. Mesmo que eu não apresentasse quaisquer habilidades musicais, o colégio “exalava” música, praticamente o dia todo; além disso, literatura e teatro também são atividades tendencialmente “dionisiacas”, e eram bastante incentivadas. Por outro lado, porém, a razão era invocada e debatida com muita frequência e intensidade.

Paixão, fé, militância, sim, mas sem esquecer que, na hora certa, é necessário retornar à sensatez, à objetividade, ao bom senso. Uma última referência à escola: lemos o *Manifesto comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, no original; em relação a Max Weber, só ouvimos comentários sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; mas o clima geral – o movimento pendular entre paixão e razão –, certamente, favoreceu uma aproximação com este último pensador, na trajetória posterior.

Ao contrário daquilo que se poderia imaginar, a infância colona e a adolescência seminarística desembocaram numa personalidade predominantemente racional, claramente identificada e afinada com a modernidade. Quanto mais o tempo passa, mais me conscientizo e convenço desta realidade. As atuais investidas contra a modernidade me causam muita preocupação. Sim, há efeitos perversos da modernidade, mas ela própria contém, dentro de si, elementos para corrigir seus erros. Tenho medo da anti-modernidade ou “pós-modernidade” – não só pela proliferação desenfreada de cachorros, e até de sua adoração. Recentemente, fui mordido por um, em plena via pública.

Surgido cerca de 800 anos antes de Cristo, o livro *Gênesis* ensina que só o ser humano recebeu de Javé, na criação, o *nefesh hayah*, uma “alma”; e Giovanni Pico della Mirandola reafirmou, em outros termos, esta condição, no século XV, destacando o gênero humano como centro, como ápice da criação divina. Por isso, é desesperador assistir uma tradição de quase três mil anos, que cunhou ao menos nosso mundo ocidental, sendo jogada ao lixo, por cinólatras, que estatuem cães como centro do universo.

O surgimento cada vez mais intenso de grupos “identitários” não é menos preocupante. Está sendo semeado o mais lamentável clima de ódio entre seres humanos, pois a afirmação, o sucesso de um grupo só se sustenta na oposição a outros grupos ou ao conjunto da sociedade. A modernidade apresenta problemas, gera “irracionalidades”, mas é includente – todos e todas pertencem ao gênero humano, e, como tais, possuem direitos inalienáveis –, em contrapartida, a anti-modernidade é excludente, por natureza, por definição. O milenar man-

damento “amarás o teu próximo como a ti mesmo!”. foi substituído por “odia-rás, de forma figadal, todo aquele que não faz parte do teu grupo identitário!”.

Vou citar um problema concreto. Abstraindo da discussão sobre o processo de escolha do(a)s ministro(a)s do STF, há uma fervorosa grita pela indicação de uma mulher, um(a) negro(a), um(a) evangélico(a) etc. Aquilo que o bem-estar da sociedade, porém, requer é a nomeação do(a) melhor e mais apropriado(a) *jurista* disponível para o cargo, na atual situação do próprio STF e do país. Inver-samente, sim, a visão de mundo moderna impõe que se vá às barricadas caso o(a) melhor candidato(a) *jurista* não for aprovado(a) por pertencer ao grupo daquele(a)s que possuem orelhas de abano.

Estas são duas observações sobre minha formação mais geral, que, sem dúvida, tiveram alguma influência sobre aquilo que foram – e continuam sendo – as opiniões e os posicionamentos do cidadão que virou historiador.

Permitam-se, agora, fazer duas considerações sobre a formação mais específi-ca de professor e pesquisador em História.

No mestrado, conheci alguns aspectos da obra de Karl Popper. Destaco duas ex-pressões que constituem títulos de livros dele: “a sociedade aberta e seus inimi-gos” e “a miséria do historicismo”. Além do alerta contra aqueles que afirmam ser possível apreender – e até prever – o processo histórico como tal, chamou minha atenção um antídoto sugerido por ele: a necessidade de aplicação do princípio da falsificabilidade, significando duas coisas: a) nas ciências sociais, hipóteses de trabalho são admissíveis apenas quando formuladas de tal forma que possam ser falsificadas por dados objetivos; b) por mais plausível e “lógica” que seja, diante de uma falsificação, ainda que apenas parcial, uma hipótese não se sustenta, devendo, no mínimo, ser reformulada. Nesta mesma linha, tive contato, mais tarde, com a ideia de Reinhart Koselleck – ao contrário de Popper, um historiador profissional – sobre o “direito de veto das fontes”.

Isto fez com me tornasse pesquisador que nunca tentou esgotar a teoria, mas sempre fez o possível para juntar o maior número possível de dados, de empiria. A teoria não é *a verdade*, ela é instrumento para orientar a empiria. Além disso, arrisco dizer que há temas para os quais minha contribuição maior foi apontar problemas em estudos de precursores que em apresentar soluções. Uma qua-se obsessão na análise do “estado da arte”, isto é, na garimpagem e na crítica daquilo que outros disseram ou escreveram sobre determinado tema, até en-tão, chegou a gerar situações folclóricas. Muitos anos atrás, participei de um congresso na Universidade de Brasília, e o trabalho que apresentei teve mais espaço dedicado a analisar, a apontar lacunas, indefinições, contradições, erros, em trabalhos existentes sobre o assunto que em fornecer soluções, a partir de

fontes consultadas por mim. No intervalo, ao menos duas pessoas me procuraram para manifestar sua admiração por minha “coragem” em fazer restrições à produção intelectual até de figuras de destaque, na historiografia nacional.

Em termos de influência externa, devo lembrar que, pelo fato de ter estudado na Alemanha e de ler alemão, tomei conhecimento da Ciência Social Histórica ou “Escola de Bielefeld”, que começou a se configurar durante a década de 1960, na República Federal Alemã, e que, durante a década de 1970, acabou se transformando na orientação dominante, dentro da historiografia daquele país. Entre muitos outros nomes, cabe destacar Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka – com este último, tive contatos pessoais, tendo traduzido e publicado textos dele, para o português.

Dito de forma muito simplificada, esta escola historiográfica teve como uma de suas características a preocupação com estruturas e processos dentro da História. Apesar da preocupação com teoria, dava muita importância ao aporte de dados empíricos, qualitativos e quantitativos. Mesmo que tivesse me dedicado, essencialmente, a temas de história política, e não a demográficos ou socioeconômicos, em meus primeiros trabalhos, a quantificação esteve bastante presente. Num comentário sobre minha tese de doutorado, na então existente revista *Senhor*, com data de 12 de janeiro de 1988, Roney Cytrynowicz escreveu: “o livro do professor gaúcho René Gertz (...) é impecável em sua proposta de distinguir (...); suas conclusões são precisas e amplamente sustentadas por suas hipóteses e pesquisas, que utiliza dados seguros, e, muitas vezes, mensuráveis”.

A partir da década de 1980, a Ciência Social Histórica sofreu críticas de representantes da Nova História Cultural. Os defensores da primeira admitiram fazer concessões. Tendo acompanhado este debate e este processo de incorporação de elementos culturais, não posso negar que isto acabou se refletindo também nos meus estudos. Vou apontar exemplos, mais adiante. Em 2012, cheguei a dar uma pequena contribuição na divulgação desta nova tendência na Ciência Histórica alemã, ao traduzir e publicizar um texto breve do professor Thomas Mergel, da Universidade Humboldt, Berlim, intitulado “História cultural da política” (*Kulturgeschichte der Politik*).

Depois desta brevíssima enumeração de influências que sofri em minha formação geral, mas também mais específica como historiador, devo dizer algo sobre minha produção historiográfica concreta. Penso ter investido tempo e trazido alguma contribuição em três campos: a divulgação da historiografia alemã no Brasil; estudos sobre o Estado Novo brasileiro; e sobre imigração no sul do país, em especial a alemã.

Em relação ao primeiro tema, minha contribuição é extremamente modesta,

se comparada com grandes conhecedores brasileiros da Ciência Histórica alemã, como Estevão de Rezende Martins e Sérgio Ricardo da Mata. Apesar de ter publicado alguns poucos textos próprios a respeito, cabe, a rigor, invocar como mérito único meu trabalho braçal de tradutor. Além de escritos breves, capítulos ou artigos, tenho a citar como obra de maior envergadura a tradução para o português do verbete *O conceito de História* de Reinhart Koselleck – que virou livro de 232 páginas. Em 1987, editei, junto com Abílio Afonso Baeta Neves, *A nova historiografia alemã*; 20 anos depois, com Sílvio Marcus de S. Correa, veio *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*.

Lendo uma nota preliminar do livro de Sérgio da Mata *A fascinação weberiana: as origens da obra de Max Weber*, vi, com surpresa, uma referência à minha pessoa. Quando lhe perguntei por que citou meu nome, respondeu que, ainda jovem historiador, leu o volume editado por mim sobre *Max Weber e Karl Marx*, e que esta leitura teve alguma importância em sua decisão de dedicar atenção à obra do primeiro. Mesmo que não seja sobre historiografia alemã, esta coletânea contém um capítulo de Jürgen Kocka, importante figura ligada à Ciência Social Histórica.

Já naquilo que diz respeito ao Estado Novo brasileiro, meu “engajamento” foi pouco maior. Não só contribuí com alguma pesquisa inédita, como tenho ariscado polemizar com outros historiadores, ainda que sem sucesso. Como vou mostrar quando falar de minha terceira área de atuação, meus primeiros trabalhos trataram de assuntos relacionados com o regime varguista de 1937. Assim que me tornei professor num curso de pós-graduação, vieram candidatos ao mestrado e ao doutorado perguntando se poderia orientar trabalhos que envolviam este período da história brasileira. Não podia dizer que meu conhecimento a respeito fosse nulo, e aceitei. O principal resultado da orientação de dissertações e de teses foi um livro bastante “empírico” – ainda que não totalmente destituído de análise – sobre *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*.

Além disso, tinha interesse pessoal em aumentar minhas informações sobre o contexto mais geral de meus temas preferidos, motivo pelo qual fui juntando, por conta própria, dados a respeito. Em terceiro lugar, recebi, relativamente cedo em minha carreira de historiador, um amável convite para escrever uma resenha sobre a produção historiográfica em torno do assunto. Isto me obrigou a uma leitura sistemática daquilo que consegui localizar. Ao texto resultante deste levantamento dei o título pretensamente modesto de “Estado Novo: um inventário historiográfico”.

Hoje, vejo que o título fez jus àquilo que produzi, neste escrito. De fato, se trata muito mais de um simples arrolamento, um “inventário”, que de uma análise, de uma “resenha”; fui pouco crítico em relação aos conteúdos encontrados na

bibliografia. Mas, independente e além desta falha, penso que a própria bibliografia posterior ao meu levantamento foi se desenvolvendo numa direção que se afunilou, em vez de ampliar seu espectro. Só no decorrer do tempo, fui me dando conta de uma tendência bastante difundida em direção a uma avaliação mais ou menos unânime sobre aquilo que o Estado Novo representou para a história do Brasil.

E é contra esta tendência que tenho voltado minha crítica. Quando publiquei meu “inventário historiográfico”, ainda encontrei uma avaliação mais pluralista, pois qualificativos como “autoritário”, “ditatorial” e até “totalitário”, para classificar o regime, apareciam na bibliografia. Mesmo não tendo feito um levantamento sistemático, não há qualquer dúvida de que, desde então, estas expressões escassearam, e, em seu lugar, foram aumentando, de forma constante, referências à industrialização, ao “*state building*”, à modernização, ao Estado providencial. Enfim, termos mais críticos foram perdendo espaço, e termos que vão desde manifestações pedindo compreensão para eventuais excessos autoritários até louvações expressas à suposta brilhante governação realista, democrática e socialmente progressista de Vargas foram ganhando destaque.

E é aí que entra minha pouca afinidade com esta historiografia. Sou adepto de concepções “arcaicas”, que partem do princípio universal-moderno de que ditaduras são ditaduras, que não existem boas ditaduras. Penso também que um cientista deve esforçar-se por aplicar parâmetros isonômicos, na análise de seus objetos. Neste sentido, fiquei muito preocupado quando encontrei, em trabalho de conhecido estudioso do Estado Novo, a afirmação de que “não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura lendária, sem realizações que afetam a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciaram. O reconhecimento político e a valorização simbólica que os trabalhadores dedicaram a Getúlio Vargas, bem como a permanência de seus efeitos e realizações na memória popular por tanto tempo, não podem ser apenas reduzidos a uma eficiente máquina de fabricar mitos”. Minha pergunta é por que esta lógica não pode ser aplicada a Adolf Hitler e ao povo alemão? Infelizmente, em artigo mais recente intitulado “olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo”, mostrei que esta tendência não só caracteriza a historiografia nacional, mas que ela também tomou conta da produção dos brasilianistas.

Talvez meus contatos com a Ciência Social Histórica alemã tenham me levado a conhecer a preocupação dos alemães com seu *Sonderweg*, sua “via peculiar”, sua “via prussiana” como sistema político que pode ter favorecido a instauração do nazismo. Neste sentido, escrevi pequeno texto não especificamente sobre o Estado Novo – mas incluindo-o – com o título “o ‘*Sonderweg*’ do Rio Grande do Sul”. Nele, tento mostrar que, ao contrário da desconfiança dos historiadores

alemães de que a “via prussiana” tenha desembocado no nazismo, no Brasil se tenta enfatizar, com simpatia, o desenvolvimento de uma “via peculiar” (objetivamente, ditatorial) a partir de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, a qual teria sido levada, em 1930, para todo o país, por Getúlio Vargas, atingindo seu desdobramento pleno no Estado Novo, com referências sutis de que o próprio governo posterior de Ernesto Geisel se localizaria nesta louvável linha evolutiva da história política brasileira. Até este momento, estas ressalvas do historiador-colono não foram contestadas – elas foram ignoradas.

Finalmente, chego ao terceiro campo em que penso ter dado pequena contribuição para a historiografia brasileira, com um tema tipicamente “colono”. No Rio Grande do Sul, a palavra “colono” possui várias conotações. Uma é mais ou menos objetiva, tradicional, significando camponês (palavra pouco usada, por aqui). Como, historicamente, predominava a grande propriedade estancieira, criadora de gado, monocultura, decidiu-se criar, artificialmente, uma estrutura de pequena propriedade, com imigrantes centro-europeus. Com isto, “colono” se tornou, também, uma designação para “estrangeiros”, ainda que fossem descendentes, isto é, cidadãos brasileiros. Os colonos mais conhecidos, sob este prisma, são “alemães”, “italianos”, “poloneses”. Marcada por uma conotação pejorativa, a palavra “colono” ainda é usada para designar pessoas pouco urbanas, “brincas”, “grossas”. Por fim, cabe destacar que a palavra “colônia” – além de pequeno lote de terra – pode significar uma localidade, digamos “Colônia Alto Feliz”.

A história “colona” a que me dediquei foi a dos “estrangeiros”, especificamente os de origem alemã, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, sobretudo, neste último estado. Na bibliografia existente na década de 1970, encontrei trabalhos com algum valor, escritos por diletantes, mas também por antropólogos, economistas, historiadores, sociólogos, tratando de aspectos que se pode qualificar de sócio-econômico-demográficos. Tentavam fazer análises a partir de informações qualitativas, objetivas, alguns apresentavam dados quantitativos – quando, por exemplo, tratavam de aspectos demográficos e de produção econômica. No geral, expresso ou implícito, transparecia uma visão ou avaliação positiva do projeto imigrante-colonizador com alemães.

Na mesma proporção, porém, existia uma bibliografia bastante militante, muito antes classificável como “cultura historiográfica” que como produção historiográfica – quase sempre sem a apresentação de dados concretos, e ignorando indícios em sentido contrário –, que denunciava a população de origem alemã como antibrasileira, perigosa para a integridade nacional, profundamente preconceituosa. O estabelecimento em “colônias fechadas”, com uma etnia e/ou uma confissão religiosa dominante, teria levado à formação de “quistos étnicos”, significando, na linguagem da época, “cânceres étnicos”, fomentados por



uma ideologia chamada “*Deutschtum*”, “germanismo”, que, nas décadas de 1930 e 40, teria desembocado numa nazificação geral e completa.

Foi a este nicho temático da história política na “colônia alemã” que dediquei a maior parte de minha vida de pesquisa e de debate público, como historiador e como cidadão. Reivindico ser o “descobridor” da presença militante de trabalhadores alemães e descendentes, com suas formas de organização, suas ideias, suas lutas, sua atividade cultural, no Rio Grande do Sul, com destaque para os de orientação social-democrata e anarquista. E estes estudos me deram prazer, além de ter-me granjeado alguma simpatia.

A pesquisa e a produção bibliográfica sobre este tema, porém, foi relativamente restrita, na comparação com a história política mais geral. Em primeiro lugar, constatei que as narrativas – para utilizar um conceito muito em voga, neste momento – sobre “quistos étnicos” não fazem muito sentido, sobretudo no contexto da política oligárquica, pois o grau de envolvimento da população nas regiões de colonização alemã não se distinguiu, de forma significativa, daquele das regiões tradicionais.

Falando especificamente sobre o Rio Grande do Sul, como aconteceu com o conjunto da população gaúcha, ocorreram transformações, ao longo do tempo. Na segunda metade do século XIX, houve um envolvimento crescente. A ascensão de políticos como Karl von Koseritz, Wilhelm ter Brüggen, Friedrich Haensel, Friedrich Bartolomay, Karl von Kahlden, e outros, foi reflexo desta situação. Com a implantação do sistema autoritário conhecido como “castilhistaborgista”, após a Proclamação da República, aconteceu certo refluxo, para o conjunto dos cidadãos gaúchos, e também os “alemães” passaram a mostrar menor interesse em atividades políticas propriamente ditas que ao envolvimento em organizações não estatais, que poderiam servir de grupos de pressão frente ao Estado centralizador, pouco permeável a demandas parlamentares. Esta tendência consolidou a impressão de “abstencionismo”, com possíveis reflexos que se estendem até hoje – neste sentido, gosto de citar o fato de que o estado de Santa Catarina já teve, desde a Proclamação da República, mais de dez governadores titulares de sobrenome alemão, o Rio Grande do Sul ainda não teve nem um único.

Meus estudos sobre o contexto político oligárquico tiveram algum reconhecimento entre colegas historiadores. Repercussão entre um público maior desconheço – mas sei que o tema é suficientemente árido para se tornar popular. Em outras palavras, este tema não me rendeu glórias, mas também não causou dores de cabeça. Só que aí entram em cena meus estudos sobre nazismo e integralismo, no período pré-guerra. De forma muito resumida, minhas conclusões sobre este assunto vão no sentido de que as fontes indicam que a presença

do primeiro foi bem menor que se poderia ter esperado, que os militantes que efetivamente existiram não provieram da condição de membros de “quistos étnicos”, não eram “colonos”, que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro registraram mais filiados ao partido nazista que Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que não há relatos de ameaças ou de prejuízos concretos causados pela presença nazista no Brasil – isto sem falar da necessidade de levar em conta as evidentes simpatias de grande parte dos membros do governo federal e ao menos do governo gaúcho em relação ao regime alemão, no mínimo até 1937.

Quanto ao integralismo, com expansão menor nas “colônias alemãs” do Rio Grande do Sul, mas com presença significativa nas de Santa Catarina, as pesquisas indicaram que afinidades ou colaboração com nazismo não fornecem explicação consistente. Se, pelo contrário, se abstrai desta variável, e incorpora a situação econômica local, a estrutura social e, sobretudo, o contexto político regional – há dados muito convincentes de que este último explica a diferença de sucesso entre os dois estados –, então se tem uma interpretação desmistificada, e muito consistente.

O livro *O fascismo no sul do Brasil*, no qual exponho os resultados desta investigação “encalhou” total, chegou a ser “torrado” a R\$ 1,00, na tradicional feira anual do livro em Porto Alegre, e, mesmo assim, não foi comprado, pois a “liquidação” se estendeu por vários anos. Não chegou ao meu conhecimento nenhuma única resenha publicada aqui no sul. Mesmo que verbalizada poucas vezes, não há dúvida de que recaiu sobre mim a suspeita de simpatizante do fascismo.

E este é um aspecto importante da atividade de um historiador. Disse muitas vezes aos meus alunos que não há nenhum problema que alguém se dedique a um tema por envolvimento pessoal com ele. Talvez a maior parte das motivações para a escolha seja por simpatia ou por antipatia. Isto, porém, de forma alguma, significa que o resultado deva desembocar na apresentação de um quadro positivo, no primeiro caso, e uma condenação, no segundo caso.

Comentei, pouco tempo atrás, o caso de um colega, doutor em História por uma universidade de destaque, professor num curso de pós-graduação, em outra universidade, também importante, que atribuiu ao suposto “quinta-colunismo”, isto é, ao nazismo generalizado entre a população gaúcha de origem alemã, o fato de que tremulou uma bandeira com a suástica no parque de exposições construído para o centenário da Revolução Farroupilha, em Porto Alegre (1935). Na verdade, a colocação da bandeira não teve nada a ver com a população de origem alemã – ela foi colocada ali pelo responsável pela exposição, o governo do Rio Grande do Sul, que instalou, também, bandeiras de outros países; Hitler havia decretado a suástica como bandeira oficial da Alemanha, pouco tempo antes da abertura da exposição. Pergunto se uma manifestação

como esta é eticamente aceitável, sobretudo quando feita publicamente, por um doutor em História?

Preciso lembrar outro “incidente” recente, no qual uma doutora em História pela USP, especialista em nazismo, afirmou à *Folha de S. Paulo* que o hino “*Deutschland, Deutschland über Alles...*” [Alemanha, Alemanha acima de tudo...] é nazista. Fato é que, no texto do hino, não há nada de nazista – pela simples razão de que ele foi escrito em 1841, 48 anos antes de Hitler nascer; além disso, foi o hino da Alemanha antes de os nazistas terem chegado ao poder; sua terceira estrofe é o hino alemão, hoje em dia. Na verdade, o hino dos nazistas era o “*Horst-Wessel-Lied*”, e quando cantavam o outro, se limitavam à primeira estrofe, pois consideravam as outras duas muito liberais. Pode-se imaginar que uma pessoa que derrame uma falsa informação destas, uma *fake news*, sobre a sociedade tem algum compromisso com Ciência Histórica?

Se caí sob suspeita de simpatia para com o nazismo pelas conclusões sobre sua presença no Brasil dos anos 1930 e 40, imagine-se que se pensa e se diz a meu respeito diante das minhas afirmações sobre a suposta responsabilidade dos “alemães” do sul do Brasil pela alegada acachapante presença de “neonazismo” no país. Neste contexto, não sou apenas colocado sob suspeita, mas claramente evitado, por alguns colegas.

Para mim, a solução teria sido simples. Eu poderia ter ignorado os fatos e os dados que falsificam, popporeanamente, ou as fontes que vetam, koselleckeanamente, a visão de uma presença e de uma ação avassaladora do nazismo no Brasil da era Vargas. Mais recente, bastava ter entrado no coro uníssono da grande imprensa, das “redes sociais”, proclamando responsabilidade inequívoca dos “alemães” pelo “neonazismo” – teria ficado conhecido, teria sido louvado, talvez até festejado e premiado. Mas optei por assumir a posição de historiador. Me vi obrigado a suportar o ônus desta opção.

Como referi, em certo momento comecei a dar alguma atenção a variáveis culturais, ainda que isto não tenha significado nenhuma “guinada”, e, muito menos, um “corte”. Confesso que enfrentei alguns problemas, pois provindo de experiências em que dados, de preferência quantificáveis, foram fundamentais, os “dados” culturais são menos quantificáveis, devendo ser, muito mais, apreendidos por intuição, por insights. Talvez este seja o motivo para não ter produzido trabalhos mais extensos, aparecendo minhas referências político-culturais apenas esparsas em alguns estudos tradicionais.

De qualquer forma, quero citar, muito breve, que, ao contrário do imaginário do senso comum, localizei manifestações de tolerância e valorização do pluralismo político, no período oligárquico. Também na história mais recente, encontro o

reconhecimento, por arte de agentes externos, de uma governação eficiente e democrática, em municípios “coloniais”, mesmo quando a coligação partidária no poder não se classifique como de “esquerda”. Por fim, acompanhei a presença feminina no cargo de prefeitas. Este ponto é, inclusive, quantificável. A primeira mulher a assumir o executivo municipal no Rio Grande do Sul, foi Maria Emília de Paula Gusmão, em São Leopoldo, o “berço da colonização alemã no Brasil”. Ela, porém, não foi eleita para o cargo, mas assumiu como presidente da Câmara de Vereadores, após renúncia de prefeito e vice. Mas em 1982, Iris Ranck foi eleita, em Cruzeiro do Sul; em 1988, seguiu Marlene Wingert, em Sapiranga, duas “colônias alemãs” típicas. Entre as mulheres eleitas, desde então, os municípios “coloniais” ocupam lugar de destaque. Cabe acentuar que a primeira – e até agora única – eleição de mulher negra como prefeita, no Rio Grande do Sul, aconteceu no município tipicamente “alemão” de Dois Irmãos, em 2012, com reeleição em 2016. Ainda não vi que estas minhas observações tenham recebido alguma consideração.

É na abordagem deste tipo de temas que conceitos como “mentalidade” ou “condutas de vida” me ajudam muito mais que “ideologia”, como observei acima.

Mas não só meus livros *O fascismo no sul do Brasil* e *O neonazismo no Rio Grande do Sul* “encalharam”. Também “encalhou” *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. E, neste caso, o problema não veio de fora, não derivou de suspeitas contra mim. Desta vez, me faltou habilidade. Pessoalmente, considero este meu melhor livro, o mais elaborado, o mais recheado de conteúdo, de informações, linguisticamente bastante burilado.

Eu havia encontrado, em um arquivo da Alemanha, um dossiê sobre a destruição de um jornal em língua alemã, ligado a luteranos, em São Leopoldo, no ano de 1928. Seguindo pistas deste documento, vi que o episódio se inseriu num contexto rico em eventos políticos, étnicos e religiosos, da década de 1920. Em decorrência de um processo mental que não consigo reconstituir, me lembrei da leitura de um artigo de Jürgen Kocka na revista *Geschichte und Gesellschaft* (ano 10, n. 3, 1984), intitulado “*Zurück zur Erzählung? Plädoyer für historische Argumentation*” [Vamos retornar à narrativa? Em defesa de argumentação histórica]. O texto de Kocka foi uma tentativa de reação diante da contestação que a Ciência Social Histórica vinha sofrendo da Nova História Cultural. Ele admitia que um dos problemas daquela, com sua ênfase em estruturas, processos, e consequente necessidade de argumentação – em vez de descrição –, era o recuo de interesse por parte de um público mais amplo pela Ciência Histórica. Sugeri que se tentasse escrever história de forma mais narrativa, sem, no entanto, abandonar os esforços para evidenciar as estruturas e os processos subjacentes.

Como estava com mais ou menos 50 anos, com uma carreira estabilizada, sem

necessidade de me submeter a ditames da moda em vigor, resolvi radicalizar – até no título, que sugere um romance. O livro não apresenta introdução nem conclusão, os capítulos não possuem título, apenas estão encimados por números romanos. Conto oito histórias, sem uma única frase explicativa, sem uma única referência a passagens anteriores ou posteriores. Só aquele leitor que tiver paciência de superar a ausência de qualquer nexos aparente entre as oito narrativas consegue enxergar, no capítulo nove, como elas confluem, e desembocam no ataque ao jornal, explicando o episódio.

Meu erro foi pressupor, por parte de meu potencial leitor, esforço maior que ele, normalmente, está disposto a investir. Em conversas com colegas, foram sugeridas soluções possíveis. A maioria delas insiste na necessidade de que o historiador comece com algum tipo de explicação sobre seu objeto, sobre sua metodologia, sobre seus pressupostos teóricos, sobre suas fontes – enfim, um estudo historiográfico necessitaria de uma introdução. Uma alternativa foi sugerida pelo escritor Luiz Antônio de Assis Brasil. Ela é mais “literária”. O livro deveria ter começado com o capítulo nove, isto é, com o “final”, o desfecho da história, para depois apresentar os oito capítulos iniciais, que indicam o caminho, indicam as estruturas e os processos que levaram a ele.

\*

Prezadas, prezados, sobrou pouco espaço para quatro observações finais de um velho historiador para jovens historiadora(e)s. Vou precisar ser telegráfico.

Em primeiro lugar, penso que os historiadores de hoje se encontram numa situação vantajosa frente àquela em que eu comecei a pesquisar e a produzir trabalhos. Só lembrando o aspecto braçal de escrever, a diferença é gritante. Quando nós queríamos inserir mais uma palavra ou uma frase num texto datilografado numa arcaica máquina de escrever, precisávamos recortar a página com tesoura, e colar a palavra ou frase no seu lugar. Mas estou pensando, sobretudo, no avanço enorme que representou a digitalização de documentos. Nós precisávamos ir aos arquivos, copiar documentos à mão, pois, em geral, não era permitido xerocar, já que isto afeta o documento. Isto exigia deslocamentos, consumia muito tempo. Hoje, ao menos parte da documentação está disponível via internet. Fiquei impressionado com um episódio acontecido, meses atrás. Recebi consulta de um centro suíço de estudos sobre anarquismo querendo confirmar que o pai de conhecido líder anarquista europeu viveu no Rio Grande do Sul. Recorri a um colega mais informado sobre como acessar arquivos com digitalizações; ele acessou o jornal *A Federação*, e, em pouco tempo, constatou que o homem foi médico no município de Garibaldi.

Estas facilidades nos autorizam a esperar de vocês jovens uma produção historiográfica mais densa e volumosa que a nossa.

Em segundo lugar, gosto muito da palavra alemã *Geschichtswissenschaft*, Ciência Histórica, e é para praticá-la que é pago um professor ou pesquisador da área. Não é qualquer narrativa sobre o passado que vale. O fundador da História como disciplina acadêmica (Leopold von Ranke) estabeleceu que devemos reconstituir aquilo que “realmente aconteceu”. Isto é impossível, em termos absolutos, até porque não temos fontes sobre tudo aquilo que aconteceu. Por outro lado, porém, não temos nenhum direito de dizer que a verdade histórica é inatingível, logo tudo vale, qualquer *versão* é legítima. O imperativo incontornável para um historiador é ao menos *tentar* aproximar-se o mais possível da verdade.

A divulgação de uma História a mais próxima possível da verdade é tarefa de quem é financiado para isso. Significa que devem ser evitados linguagem e conteúdo explicitamente militantes. É difícil definir como evitar uma História militante. Mas existem ao menos duas formas de amenizar o problema. Uma delas passa pela explicitação, por parte do historiador, de suas convicções de cidadão, suas simpatias políticas, sociais, religiosas, culturais. Em outras palavras, deixar claro os pressupostos extracientíficos dos quais se parte. A outra maneira para enfrentar consequências negativas da militância é expor o leque mais amplo possível de versões registradas sobre o objeto, até o momento, no sentido de deixar claro que aquela que será apresentada é apenas uma entre outras – explicitando, eventualmente, as diferenças. É verdade que existem objetos sobre os quais só há uma única visão, até o momento, ou até nenhuma. Mesmo assim, em geral, há alguma indicação sobre objetos paralelos, equivalentes, que podem ser arrolados, como parâmetro, por aproximação.

Em terceiro lugar, o referido quadro positivo, favorecido pela tecnologia, no entanto, também é motivo de preocupação. Já encontrei afirmações repetidas em centenas de lugares – fato que sugere consistência! –, mas, numa avaliação mais precisa, constatei, pela própria linguagem, que todos tinham a mesma origem. Em meus estudos mais recentes sobre “neonazismo” no Brasil, por exemplo, ficou muito claro que uma única pessoa conseguiu assegurar para si o monopólio praticamente absoluto sobre a divulgação jornalística do assunto, e consequente formação da opinião pública. Esta unanimidade levou cientistas sociais de respeito a pressupor como verdade óbvia aquilo que a antropóloga em questão difundia via meios de comunicação. É um problema complexo para a realização de estudos objetivos sobre o assunto.

Para que vocês tenham uma ideia de que estou falando, devo dizer que a influência desta pessoa foi tamanha, em função dos modernos meios de comuni-

cação explorados por ela, que a juíza titular de uma vara federal afirmou que A. D. era a “maior autoridade brasileira em pesquisas de movimentos nazistas e neonazistas no Brasil”. Pode-se imaginar o resultado, caso um processo envolvendo o tema caísse na mesa desta magistrada! Com títulos de mestra e doutora pela Unicamp, a antropóloga levou colegas cientistas sociais a assumir posições iguais às da juíza. A qualidade da ciência praticada por ela, porém, pode ser avaliada por afirmações publicadas, como: “Blumenau chegou a ser a cidade onde havia mais hitleristas fora da Alemanha” – afirmação que, obviamente, não possui *qualquer* base factual.

Em quarto e último lugar, um conselho bem pessoal. Falei muitas vezes aos meus alunos do clima em que escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a Revolução de 1930 em São Leopoldo/RS. Dizia que, na época, eu tinha certeza de que, no futuro, a historiografia brasileira seria dividida numa fase anterior e uma fase posterior a este meu estudo – isto para indicar que o entusiasmo por um projeto é fundamental para o sucesso de uma pesquisa. Trata-se do impulso “dionisíaco” de que se necessita. Mas não se pode deixar de voltar, depois, à realidade “apolínea” de reconhecer os limites de nosso esforço, as dificuldades em obter repercussão entre colegas historiadores, e na sociedade. Modéstia não faz mal a ninguém.

Não estou incentivando ninguém a seguir meus passos colonos, mas espero que esta minha “missiva” tenha alguma utilidade para vocês definirem a forma em que vão escrever História, nas próximas décadas.

DESPEÇO-ME, NA CERTEZA DE QUE MUITOS DE VOCÊS VIRÃO A DAR  
CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA, NESTE PAÍS.

PROF. RENÉ GERTZ